
MESA REDONDA

Coerção e propaganda: o controle das oposições no período severiano •

Ana Teresa Marques Gonçalves
UFG

Antes de analisarmos os mecanismos adotados pelos imperadores do período severiano para controlarem os movimentos de oposição que se articularam durante os seus governos, precisamos fazer algumas considerações a respeito das características desta oposição. Esta necessidade se apresenta porque o controle das oposições, sempre efetuado pelo Estado romano e seu representante máximo, o imperador, se efetua a partir de duas premissas: primeiramente, este controle busca de forma profilática evitar o aparecimento de segmentos sociais descontentes, através de práticas coercitivas e de propaganda; estas mesmas práticas são utilizadas num segundo momento, quando o Estado se empenha em desarticular os movimentos de oposição já formados. Nestes dois momentos, a intensidade do controle depende diretamente da força de atuação apresentada pela oposição. Esta força, por sua vez, encontra-se vinculada aos elementos sociais que estão descontentes; isto é, o imperador busca impor o seu poder e garantir a sua autoridade de forma diferenciada perante cada segmento social. O governante não mantém o mesmo tipo de relacionamento com os senadores, com os soldados ou com a plebe. Com cada um destes segmentos ele aciona um tipo de controle social, que na maioria das vezes mescla elementos coercitivos com elementos de cunho propagandístico.

Acreditamos que a preocupação com o controle efetivo das oposições sempre esteve presente nos governos dos Severos, e que este controle era intenso porque a oposição não era tão frágil, fraca e desarticulada quanto a historiografia existente sobre o assunto teima em nos fazer crer. Só a título de exemplo, Marcel Le Glay, Jean-Louis Voisin e Yann Le Bohec numa obra de 1991 intitulada *Histoire Romaine*, se perguntam: “Pode-se verdadeiramente falar de oposição? Os recentes trabalhos respondem pela negativa” (Le Glay; Voisin; Le Bohec, 1991,

• Esse trabalho fez parte da mesa redonda “Representações do Imaginário Político no Império Romano”, apresentada no dia 24 de julho de 1996.

p.244), e citam Adalberto Giovannini:

“Para que tenha havido oposição é necessário que tenha havido uma vontade real de mudança; é necessária uma certa coerência; são necessários alguns princípios. Não se percebe nada disto no comportamento dos descontentes e dos rebeldes. O sistema não está em causa, o descontentamento não comporta problemas profundos, mas se exerce sobre pessoas. Ele se prende ao príncipe, aos seus vícios, sua corte, seus colaboradores e seus libertos” (Giovannini, apud: Le Glay; Voisin; Le Bohec, 1991, p.245).

Concordamos com Giovannini que o descontentamento era canalizado para o Príncipe, mas não podemos nos esquecer de que ele era o chefe do Estado e o representante do poder supremo. Para ter acesso a ele e poder eliminá-lo, quando era esta a intenção dos descontentes, era realmente necessário contar com a ajuda dos que tinham acesso ao soberano: membros da corte, guarda pessoal, colaboradores e libertos, entre outros, que tinham a possibilidade de se aproximarem de forma física do governante. Destarte, é imprescindível separar a figura do realizador dos atentados da figura dos mentores. As intrigas palacianas não envolviam apenas cozinheiros e copeiros, da mesma forma que os tumultos militares, pretorianos e legionários, não se reduziam ao soldado ou ao centurião que executava a eliminação física do chefe de Estado. Há grupos maiores e interesses mais amplos envolvidos nestas questões. Além disso, é sempre bom lembrar que dos Severos, apenas Septímio morreu de doença. E assim mesmo, segundo Herodiano, Caracala havia tentado acelerar a sua enfermidade tentando persuadir os médicos que o assistiam a não administrar-lhe a medicação devida (Herodiano, III, 15, 2). Todos os outros imperadores do período severiano foram assassinados.

Se partimos do pressuposto de que a oposição era dirigida para o imperador e suas ações e não ao sistema de governo, pois já se assumia impossível uma volta ao sistema republicano, os assassinatos sucessivos dos imperadores nos parecem provar que esta oposição não era tão fraca e sem consistência quanto se pensava.

Uma característica desta oposição que sempre confunde os autores é que ela nem sempre se articula para gerar mudanças. Muitas vezes ela age para manter uma situação, ou seja, para impedir mudanças e garantir permanências, privilégios ou diretrizes de governo, que beneficiam certas forças sociais. Mudar um imperador, mediante a sua eliminação capital – e é preciso recordar que não há outra forma de destituir um governante no Império Romano – poderia tanto visar a implementação de mudanças no governo quanto evitar que estas modificações

fossem desencadeadas. Às vezes a eliminação de um governante tem a intenção de fazer o governo retornar a um estágio anterior. É o caso, por exemplo, da eliminação de Macrino por soldados da III Legião Gálica que haviam escolhido Heliogábalo para sucedê-lo (Dion Cássio, LXXX, 7, 3 e Herodiano, V, 3, 9). O que estes soldados esperavam não era a implantação de um novo tempo no Império, mas sim o retorno a uma situação de soldos fartos que eles tinham na época de Caracala, do qual Heliogábalo se dizia herdeiro. Enquanto no período de Augusto um centurião recebia 3.750 sestércios por ano, e no governo de Septímio Severo chegou a ganhar 10.000 sestércios também anuais, na época de Caracala ele ganhava 15.000 sestércios por ano (Speidel, 1992, p.105). Escolhemos este exemplo porque muitos autores defendem que a oposição senatorial seria sempre reacionária, enquanto a oposição militar seria sempre inovadora.

É mais fácil concordar com o caráter reacionário da aristocracia senatorial. Para Géza Alföldy, por exemplo, os conflitos políticos que eclodiam entre um determinado imperador e certos grupos de senadores eram geralmente provocados pelo fato dos imperadores não respeitarem determinadas regras do jogo na relação entre a monarquia e a aristocracia senatorial, muito suscetível no que se referia à tradição e ao prestígio, em parte por uma questão de temperamento pessoal, em parte por necessidade política (Alföldy, 1989, p.118). Por se apoiarem na tradição, por defenderem que o que já foi bom para o Império para sempre o será se continuar sendo mantido, os senadores se transformaram no bastião da tradição e normalmente agiam para mantê-la, e junto com ela esperavam garantir a permanência dos seus privilégios. Os senadores se opõem aos imperadores que não aceitam manter uma relação de *amicitia* com eles. O que caracterizava a *amicitia* era o fato dos que mantinham este tipo de relação se virem como pertencentes ao mesmo grupo de interesses e detentores de honra e status iguais (Saller, 1990, p.49). Os imperadores que não buscavam ao menos ouvir as reivindicações senatoriais e que tentavam se sobrepor a eles em prestígio e autoridade sofriam a oposição dos senadores.

Já para autores como Mikail Rostovtzeff e André Piganiol, a presença do exército, escolhendo ou se opondo aos imperadores, garantia ao período severiano um cunho revolucionário e ao mesmo tempo igualitário, pois esta presença militar havia levado os imperadores a destruírem os privilégios (Rostovtzeff, 1937, p.254 e Piganiol, 1949, p.408). Todavia, podemos perceber que tanto pretorianos quanto legionários agiam para trocar de imperador quando o chefe reinante começava a falhar na relação de patronagem/clientelismo que vinculava os segmentos militares ao imperador (Garnsey, 1987, p.148-152). É uma relação de patronagem nunca pode ser vista como promotora de situações igualitárias, pois o que caracteriza a sua implantação é o fato de que aqueles que realizam trocas recíprocas têm honra e

status desiguais.

A oposição não é nem sempre reacionária nem sempre de transformação, isto é, dependendo dos interesses colocados em jogo e da possibilidade de ação dos grupos sociais envolvidos em defender ou em minar o poder constituído, os movimentos ora querem modificações, ora anseiam por permanências ou retornos. Mas a oposição existe e quando consegue bem se articular é forte e alcança os seus intentos. Os imperadores tentam lançar mão de mecanismos de controle destas oposições que sejam tão eficazes quanto os movimentos descontentes.

Os descontentes se expressam de diversas maneiras. Não se pode perceber a mesma coerência e os mesmos objetivos em movimentos tão diferentes quanto intrigas palacianas, motins pretorianos ou sedições nas legiões alocadas nas fronteiras. São forças sociais diversas que agem movidas por interesses e necessidades diferentes e que atuam de acordo com estes interesses. Entretanto, para conter os interesses contrários aos seus, os imperadores só contam com a coerção e com a propaganda.

No que concerne à coerção, ela foi utilizada de forma profilática no início de vários governos. Tanto na História Augusta, quanto nas obras de Dion Cássio e de Herodiano aparecem exemplos desta prática amplamente difundida, ou seja, governantes que assim que sobem ao poder supremo eliminam não apenas os competidores com os quais lutaram para ascender ao poder, bem como os seus “amigos” mais próximos, os seus filhos, para que não se tornassem vingadores da memória do pai em potencial, e o seu séquito, evitando desta forma que estas pessoas que apoiavam a causa do competidor vencido não se transformassem numa força social de oposição ao competidor vencedor.

Temos dados a respeito da perseguição que Severo fez aos partidários de Pescênio Nigro, após a morte deste, perseguindo tanto os que haviam se unido a ele por livre escolha quanto os que haviam sido forçados pelas circunstâncias (Herodiano, III, 4, 7), das acusações que apresentou no Senado contra os amigos de Dídio Juliano, que os tornou proscritos, e que acabou levando-os à morte (SHA, Vida de Septímio Severo, VIII), e do aniquilamento que Septímio teria realizado entre os que mantinham relações com Clódio Albino, também após a derrota deste (Herodiano, III, 8, 6-7). Interessante notar que Herodiano afirma que estas perseguições tinham motivos mais econômicos do que políticos. Segundo ele, só eram eliminados sem piedade homens que se destacavam no Senado ou que se sobressaíam em suas províncias por sua riqueza ou linhagem, pois a severidade de Septímio para com seus inimigos não era mais que um pretexto. Na realidade sua cobiça havia transbordado e jamais um imperador havia sido tão escravo do dinheiro quanto ele, e assim o seu governo teria se baseado no medo dos súditos e

não em seu afeto (Herodiano, III, 8, 8-9).

Entretanto, se a justificativa de que a eliminação daqueles homens tão proeminentes era baseada na existência de uma possível força contrária ao imperador ascendente, e as pessoas agiam segundo esta justificativa, era porque deveria realmente haver a formação de uma força social de oposição. Certamente nem todos os homens perseguidos pretendiam se opor a Severo; muitos entraram no roldão de controle social como forma do imperador, através dos confiscos de bens, aumentar a arrecadação do erário público. Contudo, a ligação de *amicitia* ou de patronagem, que os vinculava aos oponentes derrotados, os levariam a tentar uma vingança sobre aquele ser responsável pela quebra desses laços sociais. Perder um amigo era perder um igual; perder um patrono era perder um provedor. Nos dois casos uma restituição de honra ou de dinheiro se fazia necessária. Normalmente a restituição de dinheiro era mais fácil de ser feita pelo imperador ascendente. Todos os governantes severianos, logo após a sua aclamação, distribuíram moedas e alimentos para a plebe e para os soldados, demonstrando que um novo patrono estava surgindo, e tomando o lugar do anterior (Herodiano, III, 8, 5; III, 8, 7-10; III, 10, 2, só no período de Septímio Severo).

Caracala, que sucedeu o pai, Septímio Severo, inicia o seu governo eliminando servos e amigos do pai e se preocupando em ganhar o apoio dos chefes do exército (Herodiano, III, 15, 4-5). Assim, que consegue se desvencilhar do irmão Geta, ordena a morte dos membros da corte e dos amigos dele (Herodiano, IV, 6, 1-5). Macrino, ao sucedê-lo estava tão imerso no problemas advindos dos ataques partos que não tem tempo para eliminar os amigos de Caracala e nem de se fazer o novo patrono de seus clientes. Não é à toa que teve o governo mais curto do período e acabou eliminado por soldados fiéis à memória de Caracala e aos laços de clientelismo com Julia Mesa. Como Macrino não havia tido tempo de estreitar laços de amizade e patronagem, Heliogábalo também não inicia seu governo com a coerção profilática. Todavia, esta foi a tônica do início do governo de Severo Alexandre (SHA, Vida de Severo Alexandre, XV).

Deste modo, os governos já se iniciavam, em sua maioria, com um controle social. Alguns períodos como o de Heliogábalo são marcados por ações coercitivas múltiplas ao longo do governo. Heliogábalo manda eliminar vários senadores e equestres (SHA, Vida de Heliogábalo, XX; Dion Cássio, XIII, 4; Herodiano, V, 6, 1), que, segundo ele, mangavam de seus costumes, e sabemos que esta justificativa é meramente ideológica, já que os reais problemas que afetavam o seu governo eram de ordem econômica e política. Além disso, ele também mandou reprimir e punir por sedição e tumulto soldados que saudavam Severo Alexandre (Herodiano, V, 8, 8).

As fontes revelam no período de Caracala uma das poucas repressões

diretas feitas em direção a uma cidade provincial romana, no caso Alexandria, no Egito. Quem descreve este incidente é Herodiano. Este afirma que Caracala teria, durante uma visita a cidade, ordenado sua pilhagem e a morte de quase toda a sua população, porque os alexandrinos faziam piadas sobre ele, e colocavam, desta forma, os seus erros em evidência (Herodiano, IV, 9, 4-8). O incidente é confirmado por Dion Cássio (Dion Cássio, LXXVIII, 22), que o toma como exemplo do caráter perverso do imperador. Todavia, devemos lembrar que quando Geta e Caracala pensaram em dividir o Império, para melhor governá-lo, Caracala ficaria em Roma junto com os senadores da Europa, enquanto Geta iria para Antioquia ou Alexandria, junto com os senadores da Ásia (Herodiano, IV, 3, 6-7). Se ele escolheu se deslocar para uma destas duas cidades, era porque nelas ele encontraria apoio para governar. Sendo assim, o ataque de Caracala a Alexandria poderia ser uma forma de reprimir grupos favoráveis a Geta, que estavam descontentes com a sua eliminação.

Há, portanto, práticas coercitivas utilizadas pelos imperadores no início e ao longo de seus governos. Algumas delas evitam movimentos, mas outras acabam por aumentar ainda mais a ira dos desgostosos. Por isso, concordamos com Keith Hopkins quando afirma que o poder político e a legitimidade não se apóiam somente em impostos e no exército, mas também nas concepções e nas crenças dos homens. A população imperial não adere necessariamente a um soberano em particular, mas sim a um soberano idealizado, que simboliza a ordem imutável do mundo (Hopkins, 1978, p.232).

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada. Ele não consegue se manter somente pelo domínio brutal ou pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro cerimonial. O passado coletivo funciona como uma reserva de imagens, de símbolos, de modelos de ação; permite empregar uma história idealizada, construída e reconstruída segundo as necessidades, a serviço do poder presente. Este gere e assegura seus privilégios colocando em cena uma herança (Balandier, 1980, p.7). O Príncipe tem que produzir imagens para conquistar e conservar o poder. A aceitação resulta em grande parte das ilusões da ótica social (Balandier, 1980, p.6).

Não é à toa que Septímio Severo se auto-denomina vingador de Pertinax (Herodiano, II, 9, 9 ; SHA, Vida de Septímio Severo, V) e se dizia um imitador de Marco Aurélio (Herodiano, II, 14, 3), bem como Macrino (Herodiano, V, 2, 4), que chega mesmo a cultivar uma barba, para se aproximar da figura de Marco. Trata-se de uma tentativa de aproximar a figura do governante atual à figura de um bom

governante do passado, como forma de legitimá-lo. Outra prova disso é a troca de nomes promovida pelos imperadores após as aclamações. Todos os severianos buscaram se aproximar dos antoninos através da troca de nomes, afirmando-se assim herdeiros de seus bens e de suas virtudes, propaladas pelos senadores.

Analisar o poder é sempre encontrar o imaginário e o simbólico. Subir ao poder deveria ser morrer como homem para renascer como detentor do cargo supremo (Balandier, 1989, p.147-153). Segundo Pierre Bourdieu, o poder simbólico, isto é, a possibilidade de criar e ostentar sinais que emitem uma mensagem de poder, permite muitas vezes obter o equivalente daquilo que é obtido pela força sem dispêndio aparente de energia (Bourdieu, 1989, p.14-15). E manipular estes símbolos políticos consiste em uma forma de propaganda (Kaplan; Lasswell, 1979, p.148). Eles devem se impor a atenção e serem plenamente entendidos pelos que os vêem, para poderem ter uma ação efetiva sobre as crenças e as ações humanas.

A túnica imperial purpúrea usada por Septímio, por Geta e por Caracala (Herodiano, I, 16, 3 e IV, 1, 4), os anéis de pedras preciosas e o cinturão coberto de ouro usados por Caracala e Macrino (Herodiano, IV, 8, 9 e V, 2, 5), servem como exemplos destes atributos simbólicos que identificam a pessoa do imperador e o poder que ele possui no comando do Império. Estes símbolos adquiriram um valor tão grande, que tanto Herodiano quanto o biógrafo da História Augusta contam que Septímio Severo durante uma batalha contra Clódio Albino, próxima à cidade de *Tinurtium*, caiu do cavalo e na queda perdeu o manto imperial. Ao não ver mais o imperador e sua insígnia, o exército quase escolheu outro imperador; ele havia passado despercebido frente ao seu próprio exército porque estava sem seu manto imperial (SHA, Vida de Septímio Severo, XI; Herodiano, III, 7, 3).

Além dessas insígnias que estavam sobre o corpo do imperador, os governantes usavam também a confecção de inscrições e de estátuas para se fazer lembrar pelos seus súditos. Septímio mandou fazer inscrições públicas, relatando todas as suas vitórias (Herodiano, III, 9, 12) e estátuas, que mandou espalhar por todo o Império (Herodiano, II, 9, 4). Estas estátuas, retratos e inscrições ajudavam a manter a presença viva dos imperadores em lugares públicos. Eles funcionavam como objetos de homenagem mais do que de culto, pois eram símbolos da legítima autoridade do imperador (Hopkins, 1978, p.258). Por isso a *damnatio memoriae* é cumprida pela eliminação destes símbolos (Le Goff, 1994, p.442). Caracala além de erigir estátuas, se preocupou em que nelas o seu rosto lembrasse o de Aquiles (Herodiano, IV, 8, 4) ou o de Alexandre, o grande (Herodiano, IV, 8, 2); da mesma forma que Severo Alexandre tentou assimilar a sua figura também à de Alexandre, o Grande (SHA, Vida de Severo Alexandre, III).

Outra forma de propaganda muito utilizada pelos imperadores

severianos foi a formulação de boatos, como o que afirmava que Heliogábalo era filho de Caracala, e de rumores, como o que acabou auxiliando a tomada de poder por parte de Maximino e depois a sua queda (Herodiano, VIII, 5, 6), que afirmava que todos os soldados estavam contrários ao governo de Severo Alexandre.

Portanto, nenhum dos imperadores do período severiano deixou de lançar mão de mecanismos propagandísticos e coercitivos, de forma conjunta, desde o momento de sua ascensão até às vésperas de sua deposição. Como quase todos os imperadores foram assassinados, temos que concluir que estes mecanismos não foram de todo eficientes no combate às forças sociais oposicionistas, pois vemos como estas são mais criativas na hora da ação do que os imperadores na hora da reação, já que sempre buscavam auxílio em práticas tradicionais, sem procurar grandes novidades no combate das oposições. Mas de qualquer maneira, essas formas de controle auxiliaram o sistema imperial romano a subsistir a vários séculos.

BIBLIOGRAFIA

A) FONTES

DION CÁSSIO. *Dio's Roman History*. English translation by Earnest Cary. London: William Heinemann, 1961.

ERODIANO. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e versione di Filippo Cassola. Firenze: Sansoni, 1967.

EUTROPE. *Abrégé de l'Histoire Romaine*. Traduction et introduction par Maurice Rat. Paris: Garnier, s.d.

The Scriptores Historiae Augustae. English translation by David Magie. London: William Heinemann, 1953.

B) OBRAS GERAIS

ALFOLDY, G. *A História Social de Roma*. Lisboa: Presença, 1989.

BALANDIER, G. *O Poder em Cena*. Brasília: UnB, 1980.

_____ et alli. *Civilizações: Entrevistas do Le Monde*. São Paulo: Ática, 1989.

BOISSIER, G. L. *Opposition sous les Césars*. Paris: Hachette, 1905.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

GARNSEY, P.; SALLER, R. *The Roman Empire*. London: Duckworth, 1987

HOPKINS, K. *Conquistadores y Esclavos*. Barcelona: Península, 1978.

-
- KAPLAN, A.; LASSWELL, H. *Poder e Sociedade*. Brasília: UnB,1979.
- LE GLAY, M.; VOISIN,J.-L.; LE BOHEC,Y. *Histoire Romaine*. Paris: PUF,1991.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp,1994.
- MACMULLEN, R. *Enemies of the Roman Order*. London: Routledge,1992.
- PIGANIOL, A. *Histoire de Rome*. Paris: PUF,1949.
- ROSTOVTZEFF, M. *Historia Social y Económica del Imperio Romano*. Madrid: Espasa-Calpe,1937.
- SALLER, R. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge: University Press,1982.
- SPEIDEL, A. M. "Roman army pay scales". *The Journal of Roman Studies*. London, 82: 87-106. 1992.